



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9739 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Currículo da Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: um estudo de caso do município de Nova Iguaçu/RJ

Rejane Peres Neto Costa - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Anelise Monteiro do Nascimento - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Currículo da Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: um estudo de caso do município de Nova Iguaçu/RJ

Resumo

Este trabalho apresenta o recorte de uma pesquisa de mestrado acerca da reformulação curricular da Educação Infantil proposta pela BNCC e realizada no município de Nova Iguaçu entre os anos de 2018 a 2020. Trata-se de um estudo de caso que utilizou abordagens qualitativas. Os dados apontam para a dificuldade de efetivação dos mecanismos de colaboração entre os entes federativos. Com relação ao resultado final da proposta curricular, o documento elaborado pelo município, parece não favorecer uma proposição da experiência da criança como centro da ação pedagógica e sim dos conteúdos como catalizadores do processo; há uma percepção de desenvolvimento linear e progressivo dentro das faixas etárias da Educação Infantil, impresso nas propostas de atividades sugeridas, que desconsidera os ritmos individuais das crianças. Por fim, sinalizamos para a implementação curricular em meio ao Ensino Remoto instaurado no ano de 2020 como estratégia para a continuidade do ano letivo, quando as instituições de educação foram fechadas por causa da pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: BNCC; Política Curricular; Educação Infantil.

Introdução

Está em curso no país a implementação de uma política curricular que pretende garantir a melhoria da qualitativa da educação brasileira. Esta política pauta soluções para os problemas da escola pública através de um documento propositivo de currículo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem caráter normativo e definidor de um conjunto de aprendizagens essenciais (BRASIL, 2017). Este trabalho é o recorte de uma pesquisa de mestrado que investigou os desdobramentos dessa política no segmento da Educação Infantil do município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro.

Metodologicamente, a opção foi pela elaboração de um Estudo de Caso. Para André

(2005), estudo de caso é uma escolha a partir do objeto a ser estudado: o que se pode aprender ao estudar um determinado caso. Em trabalhos assim, faz-se uso de abordagens qualitativas utilizadas em estudos antropológicos e sociológicos, como as entrevistas, a observação, anotações de campo e gravações. A pesquisa de campo envolveu a participação nos eventos da agenda do município de Nova Iguaçu para a construção de seu currículo entre os anos de 2018 a 2020. O material empírico foi construído a partir do registro dessas reuniões e análise documental.

Considerando que o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu o ano de 2020 para a finalização do processo de (re)formulação curricular, este ocorreu em meio a Pandemia da Covid-19, quando foram decretadas medidas de isolamento social e as instituições de educação foram fechadas. Nesse sentido, a proposta que foi pensada para um ensino presencial, foi remodelada e serviu de referência para o ensino remoto.

O regime colaborativo e o currículo municipal

A BNCC foi homologada em 20 de dezembro de 2017 e logo depois o MEC orientou às instâncias federativas a construir ou revisar os seus currículos. Em linhas gerais, as orientações preveem a BNCC como um instrumento para superar a fragmentação das políticas educacionais e, assim, ensejar o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo – União, Estados e Municípios. No Guia de Implementação da BNCC (MEC et al., 2018) é sugerido uma organização através da pactuação entre estado e seus municípios ou consórcio de municípios para elaboração curricular, dentro de um entendimento de assessoria e cooperação técnica. Há, também, a previsão de repasse de recursos para a formação de equipes de gestão e contratação de especialistas em currículo, além da proposta de realização de eventos formativos.

Em entrevista no ano de 2018, membros da Secretaria Municipal de educação do município de Nova Iguaçu, acenaram para a dificuldade de executar a agenda nacional porque estavam em fase de reestruturação da equipe por mudanças internas (Notas de Campo, 20/03/2018). Nessa mesma reunião os entrevistados também afirmaram que diferentemente do que foi proposto pelo MEC, a reformulação curricular organizada por eles não tinha previsão de participação de especialistas, nem de consultores externos para formação de pessoal, organização da atividade ou supervisão do trabalho. Todas as etapas seriam executadas e concluídas com os próprios servidores da secretaria de educação, diretores das escolas e professores.

A agenda de trabalho do município incluiu:

- Organização das atividades e cronograma para a realização da (re)elaboração do currículo;
- Indicação de participação de professores nos Grupos de Trabalho (GT);
- Encontros para discussão nos GT para a (re)elaboração curricular em consonância com a BNCC;
- Organização e revisão final da proposta preliminar;
- Análises realizadas nas instituições de educação com a comunidade escolar;
- Ajustes para a elaboração da versão final;
- Publicação do documento.

A Proposta Curricular Pedagógica do Município de Nova Iguaçu foi publicada no Diário Oficial do município no dia 26 de fevereiro de 2019, dentro do prazo previsto pelas orientações do MEC. O documento anuncia a sua reformulação curricular com a implantação prevista para o ano letivo de 2019, porém tal execução só ocorreu no ano de 2020.

Os encontros do GT de Educação Infantil

Seguindo as orientações do MEC para a realização da proposta curricular foram estabelecidos Grupos de Trabalho (GT) para os diferentes segmentos da educação básica ofertados pelo município: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.

O primeiro encontro dos Grupos de Trabalho para a elaboração da Proposta aconteceu no dia 28 de maio de 2018, com um seminário geral sobre a BNCC. Tal evento foi inicialmente apresentado pela Superintendente de Educação Infantil, que fez uma breve descrição da Base, frisando sua importância para a melhoria do trabalho realizado nas escolas e a participação de toda comunidade escolar no processo de reformulação curricular. Num segundo momento houve a divisão dos participantes em seus respectivos GT para início das discussões mais direcionadas às especificidades de cada segmento (Notas de Campo, 28/05/2018).

O GT de Educação Infantil foi composto por 5 professoras da rede e uma psicóloga de uma unidade de educação da rede particular do município, único momento em que houve a participação de um membro de escola privada. Foi apresentado ao grupo o cronograma para a realização dos encontros, que seriam três no total, o que estava ocorrendo no dia e mais dois encontros exclusivos dos diferentes GTs. Também foi frisada a necessidade de os membros do GT se apropriarem das orientações da BNCC para a Educação Infantil e do currículo municipal de 2007, pois estes seriam os documentos que serviriam de base para as discussões.

O segundo encontro do GT da Educação Infantil, aconteceu no dia 11 de junho, este sendo exclusivo aos componentes do grupo da Educação Infantil. Como estratégia para discussão e reformulação do currículo, o GT foi subdividido pelo grupamento etário proposto na própria BNCC: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Essa nova divisão obedeceu as preferências pessoais e uma maior experiência na trajetória de trabalho, o que foi estabelecido naquele momento. O grupo partiu da Proposta Curricular municipal para alterações e ajustes de acordo com a BNCC, tais sugestões eram recolhidas pela equipe da Semed, que conduzia e orientava o trabalho. Segundo relato da professora participante, entrevistada para este estudo, ela só conheceu a proposta curricular de 2007 a partir deste encontro de reelaboração do mesmo. Afirmou que tal documento não era utilizado em sua unidade de trabalho (Notas do Campo, 13/11/2018).

A continuidade do trabalho se daria no terceiro e último encontro ocorrido no dia 18 de junho. Como no encontro anterior não foi possível realizar todas as discussões e apontamento, ficou acertado pelo grupo de já levarem de forma sistematizada tais contribuições. O grupo dispunha de um tempo reduzido para realizar as discussões sobre o que acreditavam ser necessário alterar da antiga proposta. O tempo como lembrado a todo momento pela equipe de gerência não era “um aliado nessa jornada” (Notas de Campo, 18/06/2018). Ao encerrar a reunião a gerente avisou que o grupo seria novamente convocado assim que a proposta retornasse para a Semed, porém isso não aconteceu.

A proposta inicial, de construção coletiva para a reformulação curricular, se mostrava bastante profícua, porém, o prazo apertado para o término do documento não permitiu a promoção de discussões mais aprofundadas, o que tornou o processo aligeirado e mecanizado. Em nenhuma reunião que acompanhamos foi realizado qualquer debate sobre as questões pertinentes a uma política curricular ou o que a Base poderia representar para os currículos municipais. A reelaboração curricular foi legitimada tão somente pela garantia colocada no texto da BNCC de melhoria educacional. A participação de elementos representativos da comunidade escolar não aponta para a descentralização ou partilha das decisões e não se constituiu a rigor a garantia de participação democrática. A elevada capacidade técnica e especificidades de conhecimento que é exigida para discussões mais aprofundadas para a

reformulação de um currículo, bem como o entendimento desta política especificamente, acabou por impor determinadas delimitações a uma maior participação da comunidade escolar. Isso diante do cenário de ausência de estratégias que pudessem suprir tal problemática, ainda que o material do MEC sugerisse tais ações. Depois destes encontros as demais datas previstas no cronograma não foram cumpridas e a proposta foi apresentada pronta em novembro de 2018.

A “Proposta Curricular Pedagógica do Município de Nova Iguaçu”

O texto da Educação Infantil da “Proposta Curricular Pedagógica do Município de Nova Iguaçu” inicia com a descrição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e dos Campos de Experiências, tal qual estão expressos na BNCC. O documento também reafirma a opção exposta na BNCC pela divisão do trabalho pedagógico em faixas etárias. Essa é uma mudança de perspectiva uma vez que a antiga proposta curricular municipal, datada de 2007, propunha objetivos gerais para toda a Educação Infantil. A divisão do currículo da Educação Infantil por faixas etárias é considerada por Arelaro (2017) como um retrocesso, pois a proposta imprime a percepção de que o desenvolvimento das crianças ocorre por etapas, ideia já superada inclusive nos estudos da psicologia de desenvolvimento (ARELARO, 2017). Além disso, a ideia de conteúdos progressivos de aprendizagem é contraditória à concepção de Educação Infantil presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2009), documento que a BNCC se diz amparar.

Barbosa et al. (2016) demonstrava o temor da Base levar a um engessamento dos currículos nas unidades de educação, que seriam submetidos a uma programação pré-definida, baseada exclusivamente nos “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” presentes na BNCC. Tal temor parece ter se concretizado no documento do município de Nova Iguaçu, em que a BNCC e os direitos de aprendizagem foram traduzidos como o próprio currículo. O resultado final da “Proposta Curricular Pedagógica do Município de Nova Iguaçu” se aproxima mais de um conjunto de atividades a serem executada nos diferentes grupamentos, do que de uma proposta que reconheça os diferentes contextos e sujeitos do município.

Considerações Finais

Durante a pesquisa a Secretaria de Educação passou por trocas constantes de equipe, num cenário que pouco favoreceu o andamento da política que previa a reelaboração curricular. Deve-se destacar que as discontinuidades, acabam conduzindo ao fracasso, pois com as frequentes mudanças na equipe marca-se passo e, por vezes, volta-se a estaca zero. Frisamos, também, a ausência de uma assessoria técnica externa para as questões curriculares, o número reduzido de participantes no Grupo de Trabalho da Educação Infantil, a escassez de material para debate e os poucos encontros promovidos, elementos que nos levam ao questionamento do conceito de participação presente no processo, assim como coloca em cheque a tradução da proposta para as práticas.

Destaca-se que a reformulação do currículo de Nova Iguaçu buscou atender a uma demanda legal, com pouco tempo de discussão e encontros. Foi marcada pela escassez de material propositivo para reflexões e se restringiu a adesão ou não dos “objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” presentes na BNCC. Acompanhamos um processo que foi movido pela urgência em terminar o documento, tornando-o alimentado quase exclusivamente por um pragmatismo duro.

Para além das questões já apresentadas, a Educação Infantil traz muitos outros elementos para pensarmos uma política curricular nacional. Há um debate sobre as singularidades desta etapa da educação que compreende a importância das interações e das brincadeiras como eixos centrais e, portanto, coloca em cheque uma política que preveja

conteúdos e experiências a serem alcançadas.

Embora a Proposta do Currículo do município tenha sido homologada em fevereiro de 2019, sua entrada nas escolas não foi imediata. As recontextualizações do currículo na prática estão concorrendo com o desafio da instituição do Ensino Remoto, estratégia adotada para a continuidade do atendimento educacional em meio a Pandemia da Covid-19, que teve início no Brasil em 2020. Os impactos da transposição de um currículo pensando para o ensino presencial na Educação Infantil para o ensino remoto, estão sendo por nós observados em desdobramento dessa pesquisa, agora no doutorado.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

ARELARO, L. R. G. **Avaliação das Políticas de Educação Infantil no Brasil: avanços e retrocessos**. Revista Zero-a-seis, v. 19, n. 36, p. 206-222, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2017v19n36p206>. Acesso em 24/05/2018.

BARBOSA, M. C. S.; CRUZ, S. H. V.; FOCHI, P. S.; OLIVEIRA, Z. M. R. **O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?** Debates em Educação. Maceió, v. 8, n. 16, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2492>. Acesso em 28/07/2018.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 02/01/2018.

MEC. CONSED. UNDIME. UNCME. FNCEE. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_BNCC_2018_atualizacao_2 acesso em 13/04/2018.

SEMED NOVA IGUAÇU. **Proposta Curricular Pedagógica do Município de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu, 2019 (mimeo).